



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE LONTRAS



MOÇÃO N.º 11, DE 2 DE JUNHO DE 2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DE LONTRAS - SANTA CATARINA

Os VEREADORES que a esta subscrevem, vem nos termos regimentais, e após aprovação do Colendo Plenário desta Casa Legislativa, requer que seja encaminhada ao Secretário da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina, Sr. **Carlos Chiodini** e a Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Sr. **Júlio Garcia**, MOÇÃO cujo teor abaixo transcreve-se:

SOLICITAÇÃO DE REFORÇO URGENTE NO QUADRO DE MÉDICOS VETERINÁRIOS DA CIDASC DIANTE DA AMEAÇA DE INFLUENZA AVIÁRIA

JUSTIFICATIVA:

Venho, por meio deste, solicitar junto ao Governo do Estado de Santa Catarina reforço no quadro de médicos veterinários da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). Tal medida é essencial diante do recente caso confirmado de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) no Estado do Rio Grande do Sul, que representa uma ameaça iminente à sanidade avícola e à economia catarinense.

A situação torna-se ainda mais preocupante diante do quadro suspeito de Influenza Aviária no município de Ipumirim, em Santa Catarina. O surgimento de suspeitas dentro do território estadual reforça a necessidade de uma resposta rápida e estruturada, sob pena de perdas sanitárias e econômicas de grandes proporções.

A Influenza Aviária é uma enfermidade viral altamente contagiosa, que afeta aves domésticas e silvestres e possui potencial zoonótico. A mortalidade entre as aves é elevada, podendo atingir até 100% dos plantéis em surtos graves. A Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) classifica a IAAP como uma enfermidade de notificação obrigatória, dada sua gravidade e o alto impacto econômico e sanitário.

Desde 2022, mais de 154 milhões de aves foram afetadas por surtos de influenza aviária nos Estados Unidos, resultando em perdas econômicas bilionárias. Os impactos não se restringiram ao setor avícola: em 2024, foram confirmados também casos em rebanhos bovinos leiteiros, acendendo um alerta para o risco de disseminação entre diferentes espécies de animais de produção. A necessidade de eliminar plantéis inteiros como medida de contenção agravou ainda mais os prejuízos, comprometendo drasticamente a produção e levando, em diversos momentos, à escassez de ovos no mercado interno. Além disso, o descarte em massa de animais, aliado às severas restrições comerciais impostas por países importadores, evidenciou a fragilidade das cadeias produtivas frente à falta de resposta rápida. A escassez de profissionais capacitados contribuiu para a disseminação do vírus e a ampliação das perdas econômicas em escala nacional.

A experiência internacional evidencia que uma resposta eficaz depende de uma estrutura robusta de defesa sanitária, com profissionais capacitados atuando em campo. A própria OMSA e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) recomendam o fortalecimento dos serviços veterinários oficiais como uma medida indispensável para a prevenção e contenção de enfermidades com potencial pandêmico.

Em Santa Catarina, o serviço prestado pelos médicos veterinários oficiais já vinha sendo prejudicado pela carência de profissionais desde a publicação do Ofício nº 009/2025/DEINP/DIDAG/PRESI/CIDASC, emitido para atender determinações legais. Essa exigência reduziu ainda mais a capacidade operacional da equipe. Com a recente confirmação de focos de influenza aviária no Rio Grande do Sul, a situação se torna ainda mais crítica: além das atividades rotineiras, os profissionais agora precisam atuar em barreiras sanitárias para impedir a

Travessa Francisco A. Carvalho, 85 - CEP: 89182-000, Centro, Lontras/SC

Fone: (47) 3523-0314 (47) 3523-1032 - E-mail: secretaria@lontras.sc.leg.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE LONTRAS



entrada do vírus em território catarinense, além de atender a um número crescente de notificações de casos suspeitos. Segundo o Manual de Contingência para Influenza Aviária do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), essas notificações devem ser respondidas em até 12 horas, exigindo mobilização imediata de equipes técnicas especializadas. Sem o reforço urgente no quadro funcional, a execução adequada dessas ações fica comprometida, colocando em risco a condição sanitária de Santa Catarina e a manutenção do status livre de influenza aviária — fundamental para a continuidade das exportações e para a credibilidade da produção agropecuária do estado.

Adicionalmente, diversos estabelecimentos registrados no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), especialmente pequenos e médios empreendimentos, dependem da atuação desses profissionais para manterem-se regularizados e em operação, assegurando a rastreabilidade e segurança dos alimentos de origem animal.

Diante do exposto, solicitamos:

1. A contratação imediata de todos os médicos veterinários aprovados no cadastro reserva da CIDASC, conforme o Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024;
2. A alocação estratégica destes profissionais nas regiões de maior risco, especialmente nas proximidades de rotas migratórias, fronteiras com o Estado do Rio Grande do Sul e nos principais polos produtivos de Santa Catarina;
3. O reforço das ações de defesa sanitária agropecuária como um todo, incluindo a vigilância epidemiológica, a inspeção de produtos de origem animal e as atividades voltadas à prevenção, controle e resposta a emergências sanitárias, em conformidade com o Plano de Contingência Nacional para Influenza Aviária, com foco na proteção da saúde pública e da segurança alimentar.

Reforçamos que a contratação desses profissionais é essencial para a segurança sanitária, proteção à saúde pública e manutenção da competitividade econômica de Santa Catarina no setor agropecuário.

Contamos com vossa atenção imediata e ação concreta frente a essa ameaça real e urgente.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 2025.

De autoria:

JEAN CARLOS GIELOW (PSDB)
Vereador

Vereadores que subscrevem:

SANDRA JENSEN (PL)
Vereadora